

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17138 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA: ENUNCIADOS EM ANÁLISE

Amanda Ponciano - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Allan Henrique Gomes - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA: ENUNCIADOS EM ANÁLISE

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é analisar de que forma os discursos presentes nas DCNs de 2015, 2019 e 2024 para a formação inicial de professores e pedagogos denunciam um projeto de formação docente alinhado a um ideário de sociedade. Para tanto, a Análise de Discurso de Michel Pêcheux colabora com a verificação de enunciados materializados nas DCNs. Esse estudo está em andamento na área de trabalho e formação docente. As discontinuidades das políticas de formação docente impactaram diretamente o curso de Pedagogia, responsável pelo maior número de matrículas entre todos os cursos de ensino superior no país.

PALAVRAS-CHAVE: Diretrizes Curriculares Nacionais. Formação Inicial em Pedagogia. Racionalidade Neoliberal. Análise de Discurso.

Com este estudo, objetiva-se analisar os discursos que regulam a formação inicial em pedagogia materializados nas Diretrizes Nacionais Curriculares de 2015, 2019 e 2024. A partir das normas obrigatórias, busca-se analisar os enunciados que têm como função disciplinar, regular e produzir determinado sujeito da educação na formação de professores.

Para dar conta desse objetivo, segue-se a metodologia da análise de discurso para investigar nas Diretrizes Curriculares os enunciados que culminam no governo docente. Buscou-se compreender as condições para a emergência das Diretrizes, assim como a concepção de currículo a partir do qual cria-se as condições de possibilidade para a produção de um determinado sujeito.

O sujeito da educação emerge das práticas discursivas e dos saberes historicamente

constituídos e que dão as condições de possibilidade para a sua produção. A formação das primeiras diretrizes para a educação no Brasil remonta à Lei de Instrução Pública, de 1827, passa pela Escola Nova, nos anos de 1930, mas é no período pós ditadura militar (1964-1985), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores Educação Básica, que um conjunto de enunciados funciona como campo discursivo que regula a formação dos formadores (Libâneo, 2022).

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) indicam alguns contornos da formação em nível superior em pedagogia e nota-se que: a) este é o curso em nível superior com maior número de matrículas em todo o Brasil; b) as matrículas ofertadas em EaD representam quase quatro vezes o número de matrículas presenciais; e c) o aumento na oferta EaD passou a crescer exponencialmente, de forma inédita, desde o ano de 2017, mesmo período em que reformas educacionais importantes ganharam espaço no campo educacional (BNCC, BNC-Formação/2019).

A análise das Diretrizes evidenciam o modo como Michel Pechêux, da Análise de Discurso Francesa (AD), compreende os processos de subjetivação via discurso. Para Orlandi (1999, p. 17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. A linguagem é exterior ao sujeito, mas atravessa-o, dá seus contornos, e, alienado à língua, ocupa uma posição ideológica na sociedade.

Parte-se do pressuposto de que todo currículo é a expressão de relações de poder, historicamente situado, com embates não somente no campo da educação, mas no arranjo e defesa de um projeto de sociedade (Libâneo, 2022). Vejamos alguns sinais dessas materialidades nos discursos oficiais.

Para início da análise, foram selecionados enunciados que funcionam como palavras-chave: BNCC; Competências; Habilidades; Pesquisa; Extensão; e Ensino. As DCNs 02/2019 são as únicas que fazem referência à *BNCC* (28 vezes), e seguem com as palavras *Competências* (51 vezes) e *Habilidades* (23 vezes) em número muito maior do que as DCNs que a antecedem (zero, uma e três vezes, respectivamente) e das DCNs que a precedem (zero, três e duas vezes, respectivamente).

Observa-se, com essa pesquisa inicial, que o sujeito pedagogo é constituído, também, no interior de políticas de formação inicial cujo enunciados têm como função regular os modos de sua produção. As ocorrências das palavras destacadas indicam um currículo de formação inicial voltado para a lógica dos resultados, ou seja, aproximando-se de discursos neoliberais que se infiltram na educação, estabelecendo um controle do trabalho e da formação docente.

Os enunciados *Pesquisa* e *Ensino* aparecem nas DCNs de 2015, 2019 e 2024 de forma equilibrada, ainda que sua ocorrência seja maior no texto de 2015 (18 e 52 vezes, respectivamente). Percebe-se uma lacuna nas DCNs de 2019 em relação ao enunciado *Extensão* (duas vezes), que se mantém similar nos textos de 2015 e 2014 (12 e 15 vezes, respectivamente). Esse descompasso quanto à inserção de ações extensionistas no contexto da formação inicial de professores fragiliza a integração dos saberes acadêmicos com a comunidade, espaço onde o sujeito-estudante confronta-se com problemáticas da realidade.

A formação docente pressupõe a interação com questões estruturantes da sociedade, que indicam caminhos para o pluralismo de ideias e atitudes cidadãs. Para Junqueira e Kadlubitski (2009) o espaço escolar “possibilita a preservação da diversidade cultural e cria um espaço democrático, dando lugar ao encontro e à convivência entre diferentes culturas”

(p.180).

Na Análise de Discurso, Michel Pêcheux investiga a materialidade da linguagem na ideologia e, também, os indicativos desta na própria linguagem. O discurso é o campo onde essa relação acontece, explicitando seu caráter simbólico e político no desenvolvimento da significação.

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160, grifo do original).

Ora, o que o autor concebe como simbólico e político no discurso segue um percurso sócio-histórico. Com uma breve contextualização dos movimentos políticos que conferem características específicas aos discursos das DCNs, é possível inferir alguns significados quanto à dimensão simbólica.

No texto das DCNs de 2015 os enunciados *Diversidades, Direitos Humanos, Étnico-racial/ais, Gênero, Sexual, Religiosa e Ambiental/is* aparecem, respectivamente - 16, oito, oito, sete, seis, oito e cinco vezes. Além das DCNs para formação inicial dos professores, outras políticas de governo estavam em curso com objetivo de promover uma sociedade mais justa e igualitária. Destaca-se, neste contexto, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), criada em 2004, por meio do Decreto 5.159/2004. Em 2011 é acrescentada a dimensão da “inclusão”, torna-se então SECADI.

A partir de 2016, o campo da educação para a diversidade sofre fortes impactos com a descontinuidade de políticas educacionais conquistadas por e para populações historicamente excluídas do acesso à educação.

Com a mudança de governo em 2019, a SECADI é extinta em um dos primeiros atos

presidenciais. Na ocasião, usando das redes sociais, o presidente comunica a criação de uma pasta exclusiva para alfabetização, com horizonte no mercado de trabalho. Justifica ainda que "o foco oposto de governos anteriores, que propositalmente investiam na formação de mentes escravas das ideias de dominação socialista" (Bolsonaro, 2019 *apud* Correa, 2019) ficará para trás.

As DCNs de 2019 são estruturadas em meio a essa concepção utilitarista da educação, ancorada na racionalidade de um sujeito que experencia o ato educativo com fins de manutenção do mercado de trabalho, ou seja, dos mecanismos da meritocracia e do capital. Como efeito direto da racionalidade neoliberal anunciada, excluem de seu texto os enunciados *Gênero, Sexual e Religiosa* (zero ocorrências) e diminuem em grande parte *Diversidades, Direitos Humanos, Étnico-racial/ais* e *Ambiental/is* (uma, uma, três e quatro ocorrências) ao mesmo tempo em que estreiam volumosamente enunciados como *Habilidades* e *Competências*.

Os enunciados citados voltam ao discurso da formação de professores nas DCNs de 2024 - *Diversidades, Direitos Humanos, Étnico-racial/ais, Gênero, Sexual, Religiosa* e *Ambiental/is*, com as seguintes e respectivas ocorrências 12, três, sete, cinco, três, cinco e duas. O atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recria a SECADI, em um dos primeiros movimentos da gestão, no dia 01 de janeiro de 2023.

Diante do exposto, é possível compreender os impactos das forças políticas na formação inicial de todas as licenciaturas no país, especialmente dos fenômenos registrados entre os anos de 2018 e 2022 na formação em Pedagogia. As DCNs de 2019 somadas às reformas no campo da educação abriram caminhos para uma formação aligeirada, com ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências. O desafio é pensar a formação em

Pedagogia a longo prazo e a sustentabilidade da própria profissão docente.

Referências Bibliográficas

BRASIL, MEC. **Resolução CNE/CP 02/2015**, de 01 de julho de 2015. Publicada DOU, Brasília, 02/07/2015.

BRASIL, MEC. **Resolução CNE/CP 02/2019**, de 20 de dezembro de 2019. Publicada DOU, Brasília, 20/12/2019.

BRASIL, MEC. **Resolução CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024**. Publicada DOU, Brasília, 03/06/2024.

BRASIL, MEC. **Decreto nº 5.159 de 28 de julho de 2004**. Publicada DOU, Brasília, 28/07/2004.

CORREA, M. **Bolsonaro estreia com ofensiva legal que põe minorias e ambientalistas em alerta**. El País, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/03/politica/1546485608_147292.html

LIBÂNEO, J. C., FERREIRA, L. S., MEDEIROS, E. A. de, & ARAÚJO, O. H. A. (2022). Entrevista com o professor José Carlos Libâneo - O Curso de Pedagogia no balanço das políticas educacionais. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, 8 (27). Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4250>

KADLUBITSKI, L., & JUNQUEIRA, S. (2009). **Diversidade cultural e políticas públicas educacionais**. Educação, 34(1), 179–194.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.